

Nosso apoio à Ação de Inconstitucionalidade!

A AEEL e as demais entidades de representação da Base Rio manifestam seu total apoio à Ação de Inconstitucionalidade (ADIN) em relação à esterilização das ações da União na Eletrobras, protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Paralelamente, **repudiamos qualquer tentativa da Diretoria da Eletrobras em qualificar o processo de privatização da empresa como "ato jurídico perfeito"**.

Destacamos, de forma breve, diversas mazelas que constituem atos lesivos ao erário decorrentes da privatização:

- Esterilização das ações da União: 42% das ações ordinárias limitando a 10% o poder de voto;
- Risco para a sociedade, pois a União tem voto limitado em relação à gestão, porém responde pela integralidade do seu patrimônio;
- Formação de um "chapão" de conselheiros privados, organizado pela 3G Radar, a mesma do caso da Americanas, que passou o mandato de 2023 para 2025, inviabilizando que o novo governante, democraticamente eleito, pudesse participar da composição do colegiado (a mudança se deu durante a campanha eleitoral);
- Criação da abusiva "pílula de veneno" para, mais uma vez, cercear os direitos da União. Além de garantir aos investidores, no caso de a União chegar a 50,1%, o pagamento de um valor estratosférico de 200% sobre o valor da cotação histórica dos últimos anos, corrigido pela SELIC, além de ser corretora transacionando papéis da Eletrobras antes e durante a operação;
- Estudos tarifários inconsistentes, feitos pela ANEEL, com premissa de "neutralidade tarifária" durante a discussão nas Casas Legislativas, seguida de aumento do valor de referência de energia meses após a tramitação, numa espécie de "trapaça ao Congresso" que foi, inclusive, matéria de capa da revista Carta Capital;
- "Toma lá, dá cá", entre o diretor da ANEEL, André Pepitone, e o então ministro Bento Albuquerque (a nomeação de Pepitone para a diretoria financeira de Itaipú, deu-se na época da discussão da privatização da Eletrobras) assim como a nomeação da esposa do deputado bolsonarista, Ricardo Barros, ao conselho de Itaipú, após a tramitação do processo na Câmara.

Deixamos claro que forneceremos ao TCU, à AGU, ao BNDES, à PGFN, diversas provas que corroboram a tese de Ato Lesivo ao Erário com a privatização da Eletrobras, assim como desmistificam a retórica de "ato jurídico perfeito". Seguimos na luta!

Por fim, esclarecemos ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que a Eletrobras sempre teve os melhores indicadores operacionais do setor elétrico brasileiro, gerencia um sistema de ativos que daria para levar energia para toda a Europa, por exemplo, e tinha bilhões em caixa para investir quando foi privatizada e, nos dois leilões de transmissão ocorridos após a privatização, ganhou um mísero lote de uma linha de transmissão do tamanho da Ponte Rio-Niterói, menos de 1%(um por cento) do volume financeiro dos dois leilões.

Parece que a diretoria da Eletrobras continua "ludibriando o parlamento" com relação aos reais motivos da privatização.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nos logos abaixo).

A diretoria, 8 de maio de 2023.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

